

AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Dácio de Castro Vivas Neto¹

Fabio Barboza Passos³

Liliane Belz dos Reis²

Luiz Roberto Couto da Silva²

Maria Teresa Costa Soares²

Rosely Motta¹

UM POUCO DE HISTÓRIA

A história da extensão universitária está ligada à origem das universidades européias, caracterizada por campanhas de saúde e assistência às populações carentes (Rocha, 2001). Devido ao distanciamento entre a Universidade e as classes desfavorecidas, a Extensão foi orientada para atender às demandas desse grupo social, assumindo a função assistencialista e de preparação técnica.

Neste devir, existiram experiências com enfoque religioso, como as missões ou ações filantrópicas de atendimento aos mais pobres realizadas pelo mosteiro de Alcobaça, em Portugal (1269), as de enfoque revolucionário, como os movimentos da Europa que ensejavam liberdade e influenciaram fortemente os países latino-americanos, levando professores e alunos das universidades a questionarem a relação da educação superior e sociedade, e, as atividades acadêmicas vivenciadas pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (1867), desenvolvidas em formas de palestras, conferências e ações técnicas associadas a programas de desenvolvimento social.

No Brasil, outra influência foi o modelo técnico de extensão norte-americano pautado na assistência a agricultores rurais, construindo a ideia de extensão ligada ao processo de assessoria técnica. A universidade leva seus saberes científicos à população desprovida de conhecimentos e recursos, a fim de atender necessidades sociais, acolher demandas e resolver os problemas sociais gerados pelo capital. (JEZINE,2006)

1- Servidor da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) – Universidade Federal Fluminense (UFF)

2 – Professor em Exercício na PROEX/UFF

3 – Pró-reitor de Extensão - UFF

Na América Latina, o Movimento Estudantil de Córdoba/Argentina que, em 1918 é considerado um marco dos novos paradigmas para a extensão universitária, propôs uma extensão universitária processual, comprometida com mudanças sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir da militância política dos docentes e discentes.

A partir desse momento a extensão universitária passa a apresentar uma interconexão entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local e desta com a cultura universitária. Assim, inicia-se uma trajetória em direção à transformação da sociedade, a qual transforma a si mesma e transforma sua relação com os outros “fazeres” acadêmicos - ensino e pesquisa. (SERRANO, 2008)

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006:25)

A Extensão Universitária no Brasil é reconhecida legalmente a partir de 1931 com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras no governo de Getúlio Vargas e constituída com a missão de elevar o nível cultural do povo. (SOUZA, 2001) Desta forma, constitui-se a concepção de extensão assistencialista que estende seus conhecimentos até a população carente.

Na perspectiva assistencialista, o Governo Federal, no período da ditadura militar, institui programas extensionistas, embora de atuação esporádica, de apoio às comunidades carentes. A título de exemplo, o CRUTAC (1966) e o Projeto Rondon (1968), projetos humanitários e desenvolvimentistas. (SERRANO, 2008)

Embora as atividades de extensão fizessem parte das ações dos docentes de diversas áreas da Universidade Federal Fluminense - UFF, só a

partir da década de 70 a política de Extensão é institucionalizada através de uma assessoria especial ligada ao Reitor. Em 1981 houve a criação da Pró-Reitoria de Extensão como órgão de coordenação e supervisão. (SOUZA, 2001)

Nos anos 80, com o fortalecimento da sociedade civil, há uma ampla discussão sobre as universidades públicas, sua relação com a sociedade bem como o papel da extensão. Em vista disso, foi criado em 1987, em reunião na Universidade de Brasília - UnB, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. (CORRÊA, 2007)

Hodiernamente, o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) conceitua Extensão Universitária como um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.”

Assim, as ações desenvolvidas pelas universidades devem estar em consonância com a Política Nacional de Extensão que é pactuada em reunião do referido fórum e tem quatro diretrizes para a Extensão Universitária: a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; a interdisciplinaridade; a interação dialógica; e o impacto e transformação.

Em 1999, o Fórum planeja ações que dão início, no mesmo ano, à política do processo para implementação e consolidação da Avaliação da Extensão Universitária Brasileira. Uma das ações desse processo foi a pesquisa *Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil* realizada em 2005.

A Universidade Federal Fluminense vem participando destas discussões e o corpo social da Pró-reitoria inicia suas reflexões sobre o avaliar.

PORQUE AVALIAR

Avaliação é um processo complexo, envolve planejamento, decisões políticas e perspectivas sociais. A avaliação institucional busca garantir a melhoria contínua do padrão de qualidade das atividades acadêmicas. Além disso, por meio dela as instituições podem demonstrar como estão sendo aplicados os recursos e os resultados que estão sendo alcançados.

Desta forma, o resultado da avaliação contribui para a formulação de políticas públicas e para a transformação da educação superior, evidenciando-se o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, solidária, mais democrática e menos excludente.

O PROCESSO NA UFF

Em meados do ano de 2008, a PROEX por meio da Coordenação de Integração Acadêmica – CIAC/EX inicia um processo contínuo de Avaliação da Extensão Universitária na Universidade Federal Fluminense.

No início das discussões foi adotado o conceito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei nº10861 de 14/04/04: “avaliar é visar melhorias, é encontrar formas mais adequadas à realidade” na constante busca de aumento do padrão de qualidade da educação superior.

Assim, a equipe CIAC/EX propôs a formação de um grupo composto por professores, técnicos administrativos, alunos e representantes da comunidade ligados a programas ou projetos registrados na Universidade. O objetivo inicial traçado foi discutir e propor indicadores e critérios para a avaliação das ações de extensão. Para os encontros também foram convidados professores e técnicos de outras universidades, visando à troca de experiências entre as instituições.

Cientes de que cabe aos departamentos de ensino a aprovação das ações de extensão quanto à pertinência à área temática, ao conteúdo, ao envolvimento docente, dentre outros, ficou estabelecido que a atuação da Pró-reitoria neste processo, de Avaliação, estaria norteada pelas diretrizes do FORPROEX e a análise seria pautada em quão próximo destas diretrizes se encontram as ações extensionistas da UFF.

Após essa primeira etapa, iniciou-se o processo de coleta de dados objetivos e subjetivos das Ações de Extensão. Para tanto, foram criados instrumentos para a obtenção destes dados através da elaboração de quatro questionários do tipo misto com questões abertas e fechadas. Cada questionário foi planejado para uma técnica de coleta de dados da ação

avaliativa. Três são utilizados durante a visita técnica¹: um direcionado aos coordenadores das Ações; outro voltado para o ponto de vista dos alunos e participantes, e o terceiro buscando o parecer do público alvo. Além destes, é aplicado também um questionário no momento de análise dos relatórios das Ações de Extensão registradas na PROEX. Vários testes foram realizados durante o processo de criação desses instrumentos visando adequação à necessidade do processo avaliativo.

Nosso primeiro estudo

Este estudo teve por objetivo iniciar o desenho do perfil da extensão na UFF, tendo como norte as diretrizes do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Impacto e Transformação, Interação dialógica, Interdisciplinaridade, e Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. O resultado deste processo avaliativo servirá de subsídio para orientação da política de extensão na UFF.

O registro digital das ações de extensão na PROEX iniciou-se em 1996, quando foi criada a primeira base de dados. Tal modelo foi mantido até o final de 2009, quando a Universidade passou a utilizar o SigProj/MEC – Sistema de Informação e Gestão de Projetos - para cadastro e gerenciamento das ações de extensão. Assim, o ano de 2009 foi tomado como referência para o estudo proposto neste artigo.

Contextualizando a Extensão na UFF em 2009

Na PROEX/UFF, as ações extensionistas devem ser registradas anualmente e podem ser classificadas em novas ou rerepresentadas. No ano de 2009 foram registradas 465 Ações, assim distribuídas:

¹ Visita Técnica é um projeto da PROEX que tem como objetivo principal conhecer *in loco* a realidade das Ações Extensionistas.

Tipo	Quantidade
Programa	59
Projeto	406
Total	465

Tabela 1 – Total de Ações registradas na PROEX por tipo – Ano 2009

Área Temática Principal	Quantidade
Comunicação	39
Cultura	41
Direitos Humanos e Justiça	26
Educação	165
Meio Ambiente	16
Não Citado	5
Saúde	144
Tecnologia e Produção	8
Trabalho	21
Total	465

Tabela 2 – Total de Ações registradas na PROEX por Área Temática – Ano 2009

A Tabela 3 apresenta o número de envolvidos em Ações de Extensão na UFF relacionado com o corpo social total desta Universidade:

Corpo Social	UFF	Envolvidos em Extensão
Professores	2.478	1.602
Servidores técnico-administrativos	6.604	339

Estudantes de graduação	27.217	1.562 333 bolsistas 1.229 não bolsistas
Total	36.299	3.503

Tabela 3 – Corpo Social da Instituição x Envolvidos em Ações de Extensão na UFF – Ano 2009

A partir do instrumento de avaliação para análise dos relatórios das ações de extensão/2009 foi construída uma base de dados para dar suporte ao estudo quantitativo. Para este levantamento foram selecionadas, de forma aleatória, 10% das Ações de cada Área Temática, perfazendo um total de 53 Ações assim distribuídas:

Área Temática	Quantidade
Comunicação	5
Cultura	6
Direitos Humanos e Justiça	2
Educação	15
Meio Ambiente	4
Saúde	17
Tecnologia e Produção	2
Trabalho	2
Total	53

Tabela 4 – Ações avaliadas por Área Temática – Ano 2009

Num primeiro momento é possível constatar um maior número de Ações desenvolvidas nas áreas de Saúde, Educação e Cultura, o que reafirma a vocação social da Instituição. A análise comparativa da área temática principal com a área temática articulada aponta no mesmo sentido. São áreas possibilitam maior atuação de Ações que através do processo ensino/aprendizagem que propiciam mudança comportamental nos indivíduos envolvidos. “E o apoio e a resposta social que se busca alcançar envolvem a comunicação entre diferentes, que não objetiva a homogeneização de formas de pensar e levar a vida, mas a construção e o fortalecimento de cumplicidades na busca de proteção.”

A Tabela 5 indica que Programas e Projetos constituem 90% das Ações Extensionistas, representando ações contínuas que deverão ser avaliadas quanto ao seu efetivo Impacto Social.

Tipo	Quantidade
Curso	3
Evento	2
Programa/ Projeto	48
Total	53

Tabela 5 – Ações avaliadas por Tipo – Ano 2009

A Tabela 6 apresenta o Impacto Social informado pelos executores das Ações: 62% das Ações são referenciadas como geradoras de Impacto Local; 9,4% interferem no Desenvolvimento Regional e 3,7% nas políticas públicas; 32% não fornecem a informação.

Impacto Social	Quantidade
A Comunidade/Clientela Participa Ativamente da Ação	33
Não Há Informação	18
Nas Políticas Públicas	2
No Desenvolvimento Regional	5

Tabela 6 – Impacto Social – Ano 2009

No que tange à Interdisciplinaridade, foi constatado que aproximadamente 56% das Ações atendem a esta diretriz, sinalizando para a necessidade de superação da fragmentação do ensino, pois uma abordagem mais integradora da realidade possibilita ao aluno ser agente ativo capaz de tomar atitudes diante dos fatos e interagir com o meio.

É sabido que o processo avaliativo permeia todas as fases de uma ação desde o seu planejamento. Desta forma, para análise da diretriz Interação Dialógica, foi levado em conta a forma como o público alvo avalia a ação. Analisando a Tabela 7 foi possível perceber que não há valorização de registro desta informação pelos executores e apenas 30% das Ações apresentam o

dado. Uma análise mais apurada não foi possível devido à ausência de relatos na fonte de pesquisa.

Tipo de Avaliação Externa	Quantidade
Entrevista	4
Questionário	8
Outros	4
Não há Informação	37

Tabela 7 – Tipo de Avaliação Externa – Ano 2009

Quanto à Indissociabilidade Extensão – Ensino – Pesquisa, foi possível verificar que 51% das Ações estão vinculadas ao ensino de Graduação. Quanto à Flexibilização Curricular, a inserção da Ação Extensionista na composição curricular do aluno não foi mencionada em 83% das Ações, não havendo, portanto, informação sobre a utilização da carga horária discente desenvolvida na Ação para fins de Atividade Curricular Complementar. Em 55% das Ações foi constatada a integração com a pesquisa, em 19% não há registro desta informação e em 26% não houve integração com a pesquisa. Mais uma vez, foi constatado que não há valorização de registro destas informações, principalmente na integração com o ensino. É significativo enfatizar que o FORPROEX preconiza que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica e cidadã. (FORPROEX, 2007)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível verificar que a Política de Extensão na UFF está em consonância com as diretrizes do FORPROEX. No entanto, durante o processo avaliativo foi detectado que não houve o registro de algumas informações importantes para a análise da extensão na Universidade. A partir da adoção da plataforma SigProj é esperado um melhor atendimento à demanda de registro de informações.

Também foi observado que no registro de algumas Ações não houve caracterização da área temática de atuação, o que vem referendar a discussão já existente no FORPROEX sobre a necessidade do estabelecimento de novas áreas temáticas que se adequem às diversas Ações Extensionistas.

A diversidade de ações que a Extensão Universitária possibilita é ilimitada, o que proporciona impacto social de diferentes abrangências. As transformações sociais advindas destes impactos deverão constituir objeto de pesquisa para que possam ser identificadas e mensuradas.

Isto posto, corroborando os pressupostos do FORPROEX, a avaliação das Ações de Extensão deve ser contínua, processada no decorrer das atividades; deve ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade; ter seus resultados considerados no planejamento e tomada de decisões da Universidade nas áreas de ensino, extensão e pesquisa.

Referências bibliográficas

Dagmar E. Estermann Meyer; Débora Falleiros de Mello; Marina Marcos Valadão; José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres. "Você aprende. A gente ensina?" Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. Cad. Saúde Pública vol.22 no.6 Rio de Janeiro Jun 2006.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus/BA: UESC, 2001.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006

JEZINE, Edineide Mesquita. A Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.2006

ROCHA,R.M.G. A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, D.S. (org.) *Construção Conceitual da Extensão*

Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p13-29.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. 2008. Disponível em: www.prac.ufpb.br/.../conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acessado em 31/07/2011.

SOUZA. Maria Lúcia Melo Teixeira (ORG). Subsídios: resgatando a memória da extensão na UFF. Niterói: UFF/Pró-reitoria de Extensão, 2001.